



66

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0008320-06.2014.8.17.0000 (0346257-1)

COMARCA: Recife – 5ª Vara Criminal
IMPETRANTE: Janeceli Paixão Plutarco
PACIENTE: Danilo Luz do Nascimento
PROCURADORA: Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR SUBSTITUTO: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO (LEI 10.826/03 – ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, IV). AUSÊNCIA DOS MOTIVOS DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIENTES POR SI PARA ELIDIR A MEDIDA EXTREMA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. EXCESSO DE PRAZO PARA TÉRMINO DO SUMÁRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

I – Restou fundamentado, ainda que sucintamente, o Decreto Preventivo, na garantia da ordem pública (CPP – art. 312), tendo em vista que a periculosidade social do ora Paciente decorreu do fato de que o mesmo estaria portando ilegalmente arma de fogo, supostamente para cometer crime contra a vida.

II – Sendo imperiosa a custódia preventiva, a existência eventual de atributos pessoais favoráveis não a elide, assegurando, isoladamente, a liberdade – Precedentes do STJ e da Súmula 086-TJPE. Em face do mesmo argumento, mostra-se inadmissível a substituição por quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, bem como a concessão da Liberdade Provisória com ou sem fiança, nos termos dos arts. 282, § 6º, 321 e 324, IV, do mesmo Estatuto Processual.

III – Constatando-se que o feito tramita regularmente, nos limites da razoabilidade, estando, inclusive, com audiência de instrução designada para data próxima, não se pode atribuir desídia ao Juízo monocrático – Precedentes do STJ –, pelo que não se denotou constrangimento ilegal suportado pelo Paciente, ao menos até o momento.

IV – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0008320-06.2014.8.17.0000 (0346257-1), no qual figura como parte a acima



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade**, em **denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 17 de 09 de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto



69

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0008320-06.2014.8.17.0000 (0346257-1)

COMARCA: Recife – 5ª Vara Criminal
IMPETRANTE: Janeceli Paixão Plutarco
PACIENTE: Danilo Luz do Nascimento
PROCURADORA: Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR SUBSTITUTO: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pretensão liminar, impetrado pela Drª. Janeceli Paixão Plutarco, Advogada, com fundamento no art. 5º, LXVIII, da CF, c/c arts. 647 e seguintes, do CPP, em favor de **DANILO LUZ DO NASCIMENTO**, qualificado à fl. 02, apontando como autoridade coatora o Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca do Recife/PE, nos autos da **Ação Penal nº 0035964-18.2014.8.17.0001**, a que o Paciente responde pela suposta prática do delito tipificado no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10.826/03 (*porte ilegal de arma de fogo de uso restrito*).

Em resumo, sustenta a impetrante (fls. 02/06) que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, por ser afiançável o crime em comento e estarem ausentes os motivos autorizadores da custódia cautelar, além do Paciente ostentar os atributos pessoais favoráveis da primariedade, bons antecedentes, residência fixa (fl. 25) e emprego certo (fl. 24), pelo que pretende a revogação da medida extrema, negada na Instância primária (fls. 19/20 e 21).

Alega, ainda, excesso de prazo para término do Sumário, eis que o Paciente se encontrado preso desde o dia **21/05/2014**, sem que tenha sido designada audiência de instrução, apesar de oferecida a Resposta à Acusação (fls. 22/23).

À inicial foram acostados os documentos de fls. 07/25.

Na Decisão Interlocutória de fls. 32/33, foi indeferido o pleito liminar e solicitadas as informações à autoridade tida coatora, que as prestou (fl. 41), relatando o trâmite processual, além de instruir o expediente com os documentos de fls. 42/57.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ofertou Parecer, opinando pela denegação da ordem (fls. 60/62).

É o relatório.

Recife, 17 de setembro de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima - Relator Substituto



69

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0008320-06.2014.8.17.0000 (0346257-1)

COMARCA: Recife – 5ª Vara Criminal
IMPETRANTE: Janeceli Paixão Plutarco
PACIENTE: Danilo Luz do Nascimento
PROCURADORA: Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz.
RELATOR SUBSTITUTO: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO DO RELATOR

Como relatado, cuida-se de *Habeas Corpus* impetrado em favor de **DANILO LUZ DO NASCIMENTO**, mediante o qual se pretende a revogação da custódia preventiva, ao argumento de serem inexistentes os motivos que a autorizam, além de estarem assentes condições pessoais favoráveis e de ser o delito afiançável.

Alega-se, ainda, excesso de prazo para término do Sumário.

Razão não assiste à impetrante.

Em síntese, narra a Denúncia (fls. 08/10) que, no dia **21/05/2014**, por volta das 14h, na Avenida Dr. José Rufino, próximo à estação do metrô, bairro de Tejipió, no município do Recife/PE, Policiais Militares flagraram o acusado **DANILO LUZ DO NASCIMENTO** portando ilegalmente, em via pública, um revólver calibre 38, da marca Taurus, com a respectiva numeração de série raspada, com três munições de idêntico calibre, além de uma munição de calibre 357.

Consta que os Policiais **Emanuel Umaitá Cavalcanti da Silva e Agrahy de Araújo Ramos**, lotados no 1º BTRAN, estavam de serviço na localidade supra, participando de uma *blitz*, quando avistaram o denunciado pilotando uma motocicleta de marca/modelo Honda CG-125 Fan, de cor preta e placa KJQ-3676-PE, tendo como carona **Juan Pablo Duarte Ribeiro**, e então sinalizaram para que ele parasse a moto, a fim de possibilitar que a sua documentação pessoal e a do veículo fossem averiguadas.

O acusado não atendeu à ordem de parada e evadiu-se em alta velocidade, o que deu início a uma breve perseguição, que culminou na sua captura, em cujo poder foram apreendidos o revólver e munição antes descritos, ocasião em que o denunciado confessou que pretendia utilizar a arma de fogo para matar uns desafetos no bairro de Cavaleiro, em Jaboatão dos Guararapes/PE.

Ao ser conduzido à delegacia de plantão e autuado em flagrante delito, o acusado preferiu manter-se em silêncio e nada informou acerca da origem do revólver e nem quem seriam os tais defatos, muito embora a testemunha **Juan Pablo**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

tenha confirmado a versão acima e revelado que um dos alvos é conhecido apenas como "Lucas".

A motocicleta referida, apesar de não haver qualquer documentação destinada a comprovar a propriedade, foi posteriormente liberada pela Autoridade Policial a Jerônimo da Silva Bandeira Filho.

Vejamos.

Ao converter a prisão flagrancial em preventiva, o Togado monocrático argumentou (fls. 19/20):

"No crime de posse/porte ilegal de arma de fogo e/ou munição, o bem jurídico protegido pela norma penal é a segurança dos cidadãos (e, mediamente, a vida e a integridade física das pessoas), ante o perigo que para a mesma representa a posse descontrolada de armas/munições.

Assim, o porte/posse de armas de fogo em via pública ou de munição ou, ainda, a posse de armas sem licença da autoridade competente, possui uma especial potencialidade lesiva, ou seja, é especialmente perigosa para a segurança pública.

Ademais, o próprio porte de arma já coloca em risco a segurança pública, lembrando-se que muitas vezes o porte está associado à prática de outros crimes, por vezes mais graves. O que ocorreu *in casu*. Há informações nos autos que a arma e munições seriam usadas para matar desafetos do acusado (fls.18).

Desta forma, os requisitos específicos da prisão preventiva encontram-se demonstrados nos autos, os quais revelam a **necessidade da prisão preventiva para o fim de assegurar a ordem pública.**" – Com grifos no original.

Constata-se que, embora sucintamente, restou fundamentado o Decreto Preventivo, para garantia da ordem pública (CPP – art. 312), tendo em vista que a periculosidade social do ora Paciente decorreu do fato de que o mesmo estaria portando ilegalmente arma de fogo, supostamente para cometer crime contra a vida.

Por outro lado, de se ver que, evidenciada a necessidade da custódia cautelar, a existência eventual de atributos pessoais favoráveis não a elide, assegurando, isoladamente, a liberdade (HC 260.436/SP, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 27/02/2013; e Súmula 086-TJPE).

Em face do mesmo argumento, mostra-se incabível a substituição por quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, do CPP, segundo dicção do art. 282, § 6º, do mesmo Estatuto Processual¹.

¹ CPP, Art. 282. § 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Ademais, tampouco se mostra viável a concessão da Liberdade Provisória com ou sem fiança, nos termos dos arts. 321² e 324, IV³, do CPP.


No que diz respeito ao excesso de prazo, o Magistrado singular informou (fl. 41) que a Denúncia foi recebida em 11/06/2014 e, após, ser apresentada a Defesa Preliminar, foi designada audiência de instrução para o dia 11/11/2014.

Portanto, nota-se que o feito tramita regularmente, nos limites da razoabilidade, não se podendo atribuir desídia ao Juízo monocrático (RHC 46.533/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 21/08/2014), pelo que não se denotou constrangimento ilegal suportado pelo Paciente, ao menos até o momento.

Ante o exposto, em consonância com a manifestação da douta Procuradoria de Justiça, denego a ordem.

É como voto.

Recife, 12 de setembro de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto

² CPP, Art. 321. Ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, o juiz deverá conceder liberdade provisória, impondo, se for o caso, as medidas cautelares previstas no art. 319 deste Código e observados os critérios constantes do art. 282 deste Código.

³ CPP, Art. 324. Não será, igualmente, concedida fiança: (...) IV - quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva (art. 312).